

PF faz operação para prender acusados de fraude bilionária em precatórios

A Polícia Federal deflagrou, nesta quarta-feira (31/10), a operação Pretório em seis Estados para desarticular um grupo acusado da maior fraude de dívidas judiciais, calculada em R\$ 3 bilhões. O corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Rondônia), Vulmar de Araújo Coêlho Júnior, e o juiz que presidia o processo sobre o precatório bilionário foram afastados de suas funções. As informações são da *Agência Estado*.

Duzentos policiais federais cumpriam 64 mandados de busca e apreensão em Porto Velho, foco central da missão policial, e também em Amazonas, Paraíba, Distrito Federal, Mato Grosso e São Paulo. Uma advogada e seu marido foram detidos em Porto Velho.

O superprecatório fraudulento teve origem em uma ação judicial de autoria dos servidores da área de educação do extinto território de Rondônia. O precatório — dívidas do poder público que devem ser pagas por decisão judicial — data de 1989.

Segundo a PF, a advogada presa é acusada de inserir beneficiários fictícios no título judicial. O precatório chegou aos R\$ 3 bilhões por causa da inclusão de dezenas de beneficiários e acúmulo de juros e correção ilegais.

A investigação da Polícia Federal consistia em dois procedimentos distintos, ambos sobre fraudes. Agora, a PF unificou as investigações e deflagrou a operação Pretório — referência aos tribunais romanos.

Date Created

01/11/2012